



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 a DEZEMBRO/2010

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, atendendo aos dispositivos legais preceituados na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, vem publicar o **Relatório de Gestão Fiscal**, concernente ao **terceiro quadrimestre do exercício de 2010**.

Os dados estão disponíveis, a partir desta data, no site do Tribunal de Justiça, na Internet (www.tj.sc.gov.br), conforme estabelece o art. 48 da referida Lei.

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	755.038.337,57	
Pessoal Ativo	624.962.640,09	
Pessoal Inativo e Pensionistas	129.942.568,16	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	133.129,32	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	158.199.947,67	
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	91.307,20	
Decorrentes de Decisão Judicial	25.246.307,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	59.438.265,23	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	73.424.068,24	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	596.838.389,90	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) (IIIa + IIIb)	596.838.389,90	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	11.857.683.741,63	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	5,03%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 6,0%	711.461.024,50	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	675.887.973,27	
FONTE: Balancete Unidade Gestora e Secretaria de Estado da Fazenda no que concerne a RCL		

Nota: Durante o exercício somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Florianópolis, 26 de janeiro de 2011.

Des. José Trindade dos Santos
Presidente

Jonas Borges Maria
Diretor de Orçamento e Finanças e.e.

Maria Madalena Steinbach
Coordenadora de Auditoria Interna



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2010

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Sistema de Gestão Centralizada (Lei n. 15.327/10)	1.770.796.204,62	1.719.445.043,07	51.351.161,55
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.770.796.204,62	1.719.445.043,07	51.351.161,55
Tribunal de Justiça	48.504.403,43	4.108.401,95	44.396.001,48
Fundo de Reaparelhamento da Justiça	134.814.682,88	4.445.572,56	130.369.110,32
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	183.319.086,31	8.553.974,51	174.765.111,80
TOTAL (III) = (I + II)	1.954.115.290,93	1.727.999.017,58	226.116.273,35
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	-	-	-

Fonte: Balancete Unidade Gestora

Nota: 1 A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

Florianópolis, 26 de janeiro de 2011.

Des. José Trindade dos Santos
Presidente

Jonas Borges Maria
Diretor de Orçamento e Finanças e.e.

Maria Madalena Steinbach
Coordenadora de Auditoria Interna



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2010

RGF - Anexo VI (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Sistema de Gestão Centralizada (Lei n. 15.327/10)	-	-	-	10.099.508,37	51.351.161,55	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	10.099.508,37	51.351.161,55	-
Tribunal de Justiça	-	1.585.054,24	-	19.007.886,81	44.396.001,48	-
Fundo de Reaparelhamento da Justiça	-	-	-	16.878.237,34	130.369.110,32	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	1.585.054,24	-	35.886.124,15	174.765.111,80	-
TOTAL (III) = (I + II)	-	1.585.054,24	-	45.985.632,52	226.116.273,35	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹						

FONTE: Balancete Unidade Gestora

Nota: 1 A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

Florianópolis, 26 de janeiro de 2011.

Des. José Trindade dos Santos
Presidente

Jonas Borges Maria
Diretor de Orçamento e Finanças e.e.

Maria Madalena Steinbach
Coordenadora de Auditoria Interna



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2010

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal para fins de apuração do Limite - DTP	596.838.389,90	5,03%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,0%	711.461.024,50	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art.22 da LRF) - 5,7%	675.887.973,27	5,70%
<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Sistema de Gestão Centralizada (Lei n. 15.327/10)	10.099.508,37	51.351.161,55
Tribunal de Justiça	19.007.886,81	44.396.001,48
Fundo de Reaparelhamento da Justiça	16.878.237,34	130.369.110,32
Valor Total	45.985.632,52	226.116.273,35

Fonte: Balancete Unidade Gestora

Florianópolis, 26 de janeiro de 2011.

Des. José Trindade dos Santos
Presidente

Jonas Borges Maria
Diretor de Orçamento e Finanças e.e.

Maria Madalena Steinbach
Coordenadora de Auditoria Interna